



Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

(Anteriormente denominado Banco Bonsucesso Consignado S.A.)
CNPJ: 71.371.686/0001-75

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Banco Olé), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$1.543.796 (31/12/2018 - R\$1.158.519). O lucro líquido apresentado no exercício de 2019 foi de R\$510.276, (31/12/2018 – R\$346.318).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais atingiram o valor de R\$14.697.635 (31/12/2018 - R\$12.974.989). Desse montante, destacamos o valor de R\$14.504.927 (31/12/2018- R\$12.805.546) representados por operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019 as captações de recursos estão representadas principalmente por depósitos interfinanceiros no montante de R\$12.412.492 (31/12/2018- R\$11.177.286).

Eventos Societários

Em 19 de dezembro de 2019, foi aprovado pagamento de Dividendos Intercalares, no valor de R\$125 milhões, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 30 de abril de 2020. Estes Dividendos Intercalares, foram pagos em 03 de janeiro de 2020 e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos referentes ao exercício de 2019.

Em 20 de dezembro de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) foi a público, através de comunicado de Fato Relevante, informando que o Banco Santander chegou a um acordo com os acionistas da Bosan Participações S.A.(Bosan) para aquisição pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan, cujo ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé, pelo valor total de R\$1,6 bilhões, a ser pago na data de fechamento da Operação.

Em 30 de janeiro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A. e os acionistas da Bosan Participações S.A. celebraram os instrumentos definitivos e realizaram os atos de fechamento referentes à compra e venda da

totalidade das ações de emissão da Bosan, mediante a transferência das ações da Bosan ao Banco Santander e o pagamento aos vendedores do preço acordado.

Em 23 de outubro de 2019, foi deliberado em Assembleia Geral de Acionistas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré), a redução de seu capital social mediante cancelamento de ações e entrega da participação acionária no Banco Olé ao seu controlador Banco Santander (Brasil) S.A., representada por 261.359 ações representativas de 60% do capital social do Banco Olé. Esta redução de capital na Aymoré esteve sujeita ao prazo de 60 dias em que não houve oposição de credores e homologação pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, a partir de 23 de dezembro de 2019 o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a ser controlador direto do Banco Olé.

Como resultado do Fechamento o Banco Santander passou a ser, direta e indiretamente, titular da totalidade das ações de emissão do Banco Olé.

Belo Horizonte, 17 de março de 2020.

A Diretoria

Demonstração dos Resultados

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira		1.612.483	3.105.640	2.828.936
Operações de Crédito		1.611.575	3.103.732	2.825.076
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	20	908	1.908	3.515
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-	345
Despesas da Intermediação Financeira		(752.177)	(1.443.394)	(1.360.435)
Operações de Captação no Mercado	14.b	(525.613)	(1.034.684)	(1.024.287)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e	(226.564)	(408.710)	(336.148)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		860.306	1.662.246	1.468.501
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(454.074)	(835.597)	(821.723)
Receitas de Prestação de Serviços	21	6.467	10.399	5.017
Rendas de Tarifas Bancárias	21	1.018	2.420	2.686
Despesas de Pessoal	22	(25.169)	(48.579)	(46.375)
Despesas Administrativas	23	(217.174)	(403.850)	(337.882)
Despesas Tributárias	24	(50.601)	(97.024)	(84.939)
Resultado de Participações em Controladas	11	1.130	3.753	5.666
Outras Receitas Operacionais	25	80.346	159.849	94.987
Outras Despesas Operacionais	26	(250.091)	(462.565)	(460.883)
Resultado Operacional		406.232	826.649	646.778
Resultado não Operacional		-	41	(154)
Receitas (Despesas) não Operacionais		1	41	(154)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		406.233	826.690	646.624
Imposto de Renda e Contribuição Social	27	(142.204)	(307.656)	(292.632)
Provisão para Imposto de Renda		(98.960)	(196.791)	(171.803)
Provisão para Contribuição Social		(61.640)	(120.386)	(144.268)
Ativo Fiscal Diferido		18.396	9.521	23.439
Participações no Lucro		-	-	-
Participações no Resultado		(4.512)	(8.758)	(7.674)
Lucro Líquido do semestre/exercício		259.517	510.276	346.318
Nº de Ações (Mil)	18.a	435.599	435.599	435.599
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - (em R\$)		595,77	1.171,43	795,04

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Atividades Operacionais		259.517	510.276	346.318
Lucro Líquido do semestre/exercício		243.310	455.965	414.337
Ajustes ao Lucro Líquido		226.564	408.710	336.148
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e	-	-	-
Provisão Para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	17.c	26.445	38.868	33.583
Créditos Tributários e Passivos Fiscais Diferidos	8.a	(18.396)	(9.521)	(23.439)
Resultado de Participações em Controladas	11	(1.130)	(3.753)	(5.666)
Depreciações e Amortizações	23	4.528	8.541	5.266
Outras Provisões		5.299	13.120	68.445
Variações em Ativos e Passivos		(465.560)	(858.491)	(776.950)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(458)	133	71.375
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(984.420)	(2.038.078)	(2.904.586)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras		-	-	16.546
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(59.581)	(58.417)	(27.910)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(10.468)	(17.881)	13.396
Aumento (Redução) em Depósitos		381.617	1.219.558	1.866.143
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissões de Títulos		-	(343)	22
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		317.541	450.110	446.105
Impostos Pagos		(109.791)	(413.573)	(258.041)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) nas Atividades Operacionais		37.267	107.750	(16.295)
Atividades de Investimento		(324)	(486)	(3.885)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(8.208)	(13.824)	(14.786)
Aplicações no Intangível		33	34	(8)
Alienação de Imobilizado de Uso		995	1.014	(1.086)
Baixa de Intangível		-	-	8.208
Dividendos Recebidos		-	-	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(7.504)	(13.262)	(11.557)
Atividades de Financiamento		-	(82.251)	(34.864)
Dividendos Pagos	18.b	-	-	(72.000)
Cancelamento de Aumento de Capital	18.a	-	-	120.000
Aumento de Capital		-	-	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		-	(82.251)	13.136
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa		29.763	12.237	(14.716)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício	4	3.411	20.937	35.653
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício	4	33.174	33.174	20.937

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(g) Carteira de créditos e provisão para perdas

A carteira de crédito inclui as operações de empréstimo consignado e de cartão de crédito consignado, e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

O Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco não realizou operação de cessão de crédito com retenção de riscos.

Os prêmios ou descontos em operações de aquisição de ativos financeiros referem-se à diferença entre o valor efetivamente pago e o valor original contratado atualizado, que estão sendo apresentados, para fins da elaboração dessas demonstrações financeiras, líquidos na linha “Operações de Crédito”. O prêmio é apropriado ao resultado em função do prazo remanescente da operação e o desconto é apropriado com fluxo de recebimento, classificados na linha de “Receitas da Intermediação Financeira – Operações de Crédito”.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

(h) Despesas antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões pagas a correspondentes bancários
Considerando-se os requisitos da Resolução CMN 4.294 e da Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões são integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

(i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

i.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

i.2) Imobilizado de uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistema de segurança e comunicações – (10%) e sistema de processamento de dados - (20%).

Balanços Patrimoniais					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Notas Explicativas	31/12/2019	31/12/2018		Notas Explicativas
Ativo Circulante		4.961.562	4.549.402	Passivo Circulante	
Disponibilidades	4	22.824	13.387	Depósitos	14.a
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4; 5 e 19.e	10.350	7.550	Depósitos Interfinanceiros	5.876.455
Aplicações no Mercado Aberto		10.350	7.550	Depósitos a Prazo	5.769.002
Títulos e Valores Mobiliários		113	556		8.645
Carteira Própria	6 e 19.e	113	556		10.084
Operações de Crédito		4.473.599	4.118.384	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	
Operações de Crédito - Setor Privado	7.a	4.708.763	4.342.559	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7.e	(235.164)	(224.175)		-
Outros Créditos		411.482	362.539	Outras Obrigações	704.005
Rendas a Receber	8	10.713	6.344	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.109
Créditos Tributários	9	100.322	96.020	Sociais e Estatutárias	18
Diversos	7.e e 9	301.037	261.130	Fiscais e Previdenciárias	15
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	10	(590)	(955)	Diversas	16
Outros Valores e Bens		43.194	46.986		233.131
Despesas Antecipadas		43.194	46.986		
Ativo Realizável a Longo Prazo		9.679.339	8.377.330	Passivo Exigível a Longo Prazo	
Títulos e Valores Mobiliários	6	31.806	31.496	Depósitos	14.a
Carteira Própria		31.806	31.496	Depósitos Interfinanceiros	6.573.379
Operações de Crédito		9.501.856	8.227.703	Depósitos a Prazo	5.455.273
Operações de Crédito - Setor Privado	7.a	9.718.801	8.399.735		6.544.682
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7.e	(216.945)	(172.032)	Outras Obrigações	16
Outros Créditos		23.168	17.295	Diversas	28.697
Créditos Tributários	8	18.491	13.272		22.696
Diversos	9	4.677	4.023		
Outros Valores e Bens	10	122.509	100.836	Patrimônio Líquido	18
Despesas Antecipadas		122.509	100.836	Capital Social:	1.543.796
Permanente		56.734	48.257	De Domiciliados no País	520.000
Investimentos	11	17.251	13.498	Reserva de Capital	520.000
Participações em Controladas - No País		6.056	7.535	Reservas de Lucros	773.797
Outros Investimentos	12	15.814	15.634	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1)
Imobilizado de Uso		(9.758)	(8.099)		(2)
Outras Imobilizações de Uso		33.410	27.207		
(Depreciações Acumuladas)	13	45.558	33.297		
Intangível		(12.148)	(6.090)		
Outros Ativos Intangíveis		14.697.635	12.974.989		
(Amortizações Acumuladas)					
Total do Ativo				Total do Passivo	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido									
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado									
						Reservas de lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
	Notas Explicativas	Capital social	Aumento de Capital	(Capital a Realizar)	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Lucros Próprios	Acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		400.000	120.000	(48.000)	250.000	8.208	116.245	(15)	-
Aumento de Capital	18.a	120.000	-	-	-	-	-	-	120.000
Cancelamento do Aumento de Capital	18.a	-	(120.000)	48.000	-	-	-	-	(72.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	-	-	13	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	346.318
Destinações:									
Reserva Legal	18.c	-	-	-	-	17.316	-	-	(17.316)
Dividendos Propostos	18.c	-	-	-	-	-	-	-	(82.250)
Reserva para Equalização de Dividendos	18.c	-	-	-	-	-	246.752	-	(246.752)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		520.000	-	-	250.000	25.524	362.997	(2)	-
Mutações do Exercício		120.000	(120.000)	48.000	-	17.316	246.752	13	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		520.000	-	-	250.000	25.524	362.997	(2)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	-	-	1	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	510.276
Destinações:									
Reserva Legal	18.c	-	-	-	-	25.513	-	-	(25.513)
Dividendos Propostos	18.b	-	-	-	-	-	-	-	(125.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	18.c	-	-	-	-	-	359.763	-	(359.763)
Saldos Em 31 de dezembro de 2019		520.000	-	-	250.000	51.037	722.760	(1)	-
Mutações do Exercício		-	-	-	-	25.513	359.763	1	-
			</						

olé

consignado

Uma empresa

Santander

Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

(Anteriormente denominado Banco Bonsucesso Consignado S.A.)
CNPJ: 71.371.686/0001-75

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i.3) Intangível
Os gastos com desenvolvimento de logiciais que atendem aos termos da Resolução CMN 4.534/2016 são reconhecidos como intangível e amortizados pelo prazo de vida útil esperado de no máximo de 5 anos.

(j) Captações, emissões e outros passivos
Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 15.b).

(k) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou complementadas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com as melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 18.g) e para os processos cujo risco de perda é remota não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

(l) Programa de integração social (PIS) e Contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

(m) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% (2018: 20%), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustes ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e, portanto, com relação ao aumento de alíquota de CSLL que terá início em 01 de março de 2020, os saldos de créditos tributários em 31 de dezembro de 2019 já contemplam os efeitos decorrentes do aumento da alíquota.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a companhia deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por *impairment* em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(o) Participações no lucro

É definida em convenção coletiva e também pelo cumprimento do Plano de Metas, sendo provisionada com base em percentual sobre o resultado e/ou metas; ajustada ao final do ano após apuração do resultado do exercício e avaliação do cumprimento das metas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	22.824	13.387	22.352
Aplicações Interfinanceiras de Liqueidez	10.350	7.550	13.301
Aplicações no Mercado Aberto	10.350	7.550	13.301
Total - Circulante	33.174	20.937	35.653

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 Meses	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações no Mercado Aberto			
Posição Bancada	10.350	10.350	7.550
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.350	10.350	7.550
Total - Circulante	10.350	10.350	7.550

6 Títulos e valores mobiliários

(a) Resumo da carteira por categorias

		31/12/2019	31/12/2018
	Valor do Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Patrimônio		
	Custo Amortizado	Líquido	Contábil
Títulos Disponíveis para Venda			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	31.808	(2)	31.806
Título de Capitalização	113	-	113
Total	31.921	(2)	31.919

(b) Abertura por vencimento

	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	31/12/2019	31/12/2018
			Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	31.806	31.806	31.496
Título de Capitalização	113	-	113	556
Total	113	31.806	31.919	32.052

Foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). O Banco não contratou operações com derivativos financeiros durante os períodos de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

7 Carteira de créditos e provisão para perdas

(a) Carteira de créditos e outros créditos

O saldo de operações de crédito é composto, principalmente, por operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros entes. Composição da carteira de créditos:

	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito	14.427.564	12.742.294
Empréstimos e Títulos Descontados (1)	14.427.564	12.742.294
Outros Créditos(2)	77.363	63.252
Total	14.504.927	12.805.546
Circulante	4.786.126	4.405.811
Longo Prazo	9.718.801	8.399.735

(1) A carteira de operações de crédito está apresentada pelo valor líquido de prêmios e descontos nas aquisições de carteiras de outras instituições financeiras.

(2) O saldo de outros créditos refere-se a operações de compras à vista ou parcelada com cartão de crédito consignado (Nota 9).

(b) Aquisição e venda de ativos financeiros

Durante o exercício de 2019, não foram adquiridas carteiras de créditos sem retenção de riscos e benefícios. (2018 - R\$1.248.732 do Banco Pan).

(c) Carteira de créditos por vencimento

	2019	2018
Vencidas	231.943	227.489
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.936.758	1.839.333
De 3 a 12 Meses	2.849.368	2.566.478
Acima de 12 Meses	9.486.858	8.172.246
Total	14.504.927	12.805.546

(d) Carteira de créditos e da provisão para créditos de liquidação duvidosa distribuída pelos correspondentes níveis de risco

		31/12/2019	31/12/2018
	Carteira de Créditos	Provisão	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal(1)
Nível de Risco		Total	Requerida
A	0,5%	12.897.155	-
B	1%	272.391	293.519
C	3%	171.786	214.357
D	10%	29.319	167.719
E	30%	5.560	78.913
F	50%	3.165	61.414
G	70%	2.729	50.588
H	100%	17.320	238.992
Total		13.399.425	1.105.502

		31/12/2019	31/12/2018
	Carteira de Créditos	Provisão	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal(1)
Nível de Risco		Total	Requerida
A	0,5%	11.341.888	-
B	1%	279.322	241.637
C	3%	182.234	189.073
D	10%	19.077	142.484
E	30%	3.639	80.287
F	50%	1.328	58.466
G	70%	1.368	42.759
H	100%	6.014	215.970
Total		11.834.870	970.676

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(e) Movimentação da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo Inicial	397.162	292.677
Constituições Líquidas das Reversões	408.710	336.148
Baixas de Créditos para Prejuízo	(353.173)	(231.663)
Saldo Final	452.699	397.162
Circulante	235.754	225.130
Longo Prazo	216.945	172.032
Créditos Recuperados(1)	57.542	31.756

(1) Registrados no receita da intermediação financeira na rubrica de operações de crédito.

(f) Créditos renegociados

	31/12/2019	31/12/2018
Créditos Renegociados	52.220	38.157
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	18.964	9.895
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	36,3%	25,9%

(g) Concentração de crédito

	31/12/2019	31/12/2018
Carteira de Crédito	Risco	%
Maiores Devedor	248	0,00%
10 Maiores	2.285	0,02%
20 Maiores	4.402	0,03%
50 Maiores	10.544	0,07%
100 Maiores	19.874	0,14%

8 Créditos tributários

(a) Natureza e origem dos créditos tributários

	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	88.590	158.183	(156.527)	90.246
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	16.293	16.992	(11.425)	21.860
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11	15	-	26
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	285	1.031	(89)	1.227
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	4.112	5.389	(4.048)	5.453
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	1	7	(7)	1
Total dos Créditos Tributários	109.292	181.617	(172.096)	118.813
Circulante	96.020			100.322
Longo Prazo	13.272			18.491

O Banco Olé não possui créditos tributários não ativados.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Olé Consignado foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN 4.441/2015.

(b) Expectativa de realização dos créditos tributários

	31/12/2019
	Diferenças Temporárias
Ano	IRPJ
2020	56.747
2021	2.578
2022	2.578
2023	2.578
2024 a 2026	2.577
Total	67.058

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

(c) Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$112.142 (31/12/2018– R\$101.592), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

9 Outros créditos – diversos

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e Créditos a Receber (Nota 7.a) (1)	77.363	63.252
Devedores por Depósitos em Garantia	4.677	4.187
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.c)	4.412	4.023
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.c)	265	144
Impostos e Contribuições a Compensar	107.955	104.764
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20.e) (4)	6.098	7.392
Adiantamento de comissões	14.657	-
Valores a Receber de Convênios (2)	39.966	52.106
Antecipação para Portabilidade (3)	50.559	32.118
Diversos	4.439	1.354
Subtotal	305.714	265.153
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(590)	(955)
Total	305.124	264.198

Circulante

Longo Prazo

(1) Saldo refere-se a operações de compras com cartão de crédito consignado, à vista e parceladas pelos lojistas.

(2) Refere-se a valores descontados em folha dos servidores, clientes de empréstimo consignado, e pendentes de serem repassados ao Banco pelos órgãos conveniados no montante de R\$116.075 (31/12/2018 – R\$170.682). Os repasses em atraso vêm sendo negociados pelo Banco, tendo sido constituída provisão para perdas tomando por base o número de dias pendentes de repasse, seguindo critério de classificação de risco definido pela Resolução CMN 2.682/1999, no montante de R\$76.109 (31/12/2018– R\$118.576).

(3) Refere-se a valores destinados à liquidação de contratos de crédito consignado adquiridos de outras instituições financeiras pelo Olé Consignado, conforme previsto na Resolução CMN 4.292/2013 e Carta-Circular Bacen 3.650/2014.

(4) Inclui o valor de R\$5.960 (31/12/2018– R\$6.845) referentes a valores a receber de ações judiciais de responsabilidade de ex-controladores do Grupo BS2 S.A (Nota 17.d).

10 Outros valores e bens

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas antecipadas	157.761	135.197
Ressarcimento de custo de operação - Portabilidade	6.263	6.263
Comissões diferidas – Circ. BC 3.693/2013	7.942	6.416
Outras	165.703	147.822
Total	337.669	295.698

Circulante

Longo Prazo

Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com os requisitos da Resolução CMN 4.294/2014 e Circular Bacen 3.738/2014. O reconhecimento das despesas de comissões por originação de negócios, pagas dentro dos limites da citada regulamentação, é realizado de imediato contra resultado (Nota 3.h). O saldo de comissões por originação que vinha sendo alocado ao resultado no prazo máximo de 36 meses, dentro dos critérios da regulamentação citada, zerou em dezembro/2019.

11 Participações em controladas

		31/12/2019	31/12/2018
	Quantidade de Cotas Possuídas (Mil)		
	Atividade	Cotas	Participação
Controladas			
Crediperto Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. (Anteriormente denominada BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.)	Promotora de Vendas e Serviços de Tecnologia da Informação	6.950	99,99%
OLÉ Tecnologia Ltda.		450	99,99%
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido	Resultado da Equivalência Patrimonial
	01/01 a 31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Controladas			
Crediperto Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. (Anteriormente denominada BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.) (1)	11.756	2.050	11.756
OLÉ Tecnologia Ltda. (1)	5.495	1.703	5.495
Total	17.251	3.753	17.251

(1) Em reunião de sócios realizada em 05 de dezembro de 2019 foi deliberado sobre a proposta de destinação dos resultados de 2018, quando decidiu-se por destinar os resultados do exercício de 2018 à constituição de reserva para equalização de dividendos e não distribuição de dividendos.

12 Imobilizado de uso

	31/12/2019	31/12/2018
Outras imobilizações de uso	Custo Depreciação	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.501	(2.879)
Sistema de Processamento de Dados	10.792	(6.603)
Sistema de Comunicação	441	(213)
Sistema de Segurança	80	(63)
Total	15.814	(9.758)

13 Intangível

	31/12/2019	31/12/2018
Outros ativos intangíveis	Custo Amortização	Líquido
Desenvolvimento de Logiciais	45.558	(12.148)
Total	45.558	(12.148)

14 Captação de recursos

(a) Depósitos

	31/12/2019	31/12/2018
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses
Depósitos Interfinanceiros	1.362.282	4.505.528
Depósitos a Prazo (1)	2.447	6.198
Total	1.364.729	4.511.726

Circulante

Longo Prazo

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(b) Despesas de captação no mercado

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Depósitos a Prazo	885	2.743
Depósitos Interfinanceiros	1.033.729	1.021.456
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	70	88
Total	1.034.694	1.024.287

15 Fiscais e previdenciárias

	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições a Recolher	11.083	10.251
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	320.900	316.071
Total Circulante	331.983	326.322

16 Outras obrigações - diversas

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos – Fiscais, Trabalhistas e Cíveis (Nota 17.b)	52.455	41.473
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos – Cíveis e trabalhistas de Ex-Contrôladore – Grupo BS2 S.A (Nota 17.d)	5.751	6.845
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesa de Pessoal	9.486	9.540
Contas a pagar	23.579	17.373
Outros Pagamentos	15.985	12.609
Comissões a pagar	35.320	18.441
Valores a Repassar - Bandeira Cartão	58.275	45.030
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 20.e)	8.370	591
Prestações Recebidas e Pendentes de Baixa	44.650	35.443
Outros	7.957	7.207
Total	261.828	194.552



Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

(Anteriormente denominado Banco Bonsucesso Consignado S.A.)

CNPJ: 71.371.686/0001-75

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	01/01 a 31/12/2019	31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	31/12/2018
Disponibilidades	21.894	-	11.250	-
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	21.984	-	11.250	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.350	10	7.550	304
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	10.350	10	7.550	304
Títulos e Valores Mobiliários	113	-	556	(571)
Santander Capitalização S.A. ⁽⁸⁾	113	-	556	(571)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 10)	6.098	11.544	7.392	7.301
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	169	4.580	108	341
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽⁴⁾	12	1.173	-	771
Olé Tecnologia Ltda. ⁽⁴⁾	-	769	-	859
Banco BS2 S.A. ⁽³⁾	5.917	5.022	7.285	5.330
Outros Créditos - Diversos	60	-	235	-
Banco BS2 S.A. ⁽³⁾	60	-	235	-
Despesas Antecipadas	-	-	174	-
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽⁴⁾	-	-	174	-
Depósitos	(12.412.492)	(1.032.790)	(11.156.948)	(1.020.643)
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	(12.412.492)	(1.032.790)	(11.156.948)	(1.020.643)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas (Nota 17)	(8.370)	(64.527)	(591)	(63.717)
Banco Santander (Brasil) S.A. ⁽¹⁾	-	(1.586)	-	(1.461)
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽⁴⁾	(7.490)	(43.580)	-	(38.847)
Santander Brasil Tecnologia S.A. ⁽⁵⁾	-	(636)	-	(403)
Olé Tecnologia Ltda. ⁽⁴⁾	-	(12.660)	-	(12.660)
Banco BS2 S.A. ⁽³⁾	(880)	(6.065)	(591)	(10.346)
Sociais e Estatutárias	(132.782)	(7.750)	(87.731)	(5.367)
Aymoré CFI ⁽⁷⁾	(75.000)	-	(49.350)	-
Bosan Participações ⁽²⁾	(50.000)	-	(49.350)	-
BBO Participações ⁽²⁾	-	-	(32.900)	-
Pessoal Chave da Administração	(7.782)	(7.750)	(5.481)	(5.367)
Outras Obrigações - Diversas	(5.960)	-	(7.339)	-
Banco BS2 S.A. ⁽³⁾	(5.960)	-	(7.339)	-

- (1) Controlador direto do Olé Consignado.
(2) Controlador indireto do Olé Consignado.
(3) Acionista minoritário do Olé Consignado.
(4) Controlada direta pelo Olé Consignado.
(5) Controlada direta pelo Banco Santander.
(6) Controlada indireta pelo Banco Santander.
(7) Empresa ligada sob controle comum do Grupo Santander (Ex-controlador direto do Olé Consignado).

20 Resultado de operações com títulos de valores mobiliários

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.819	3.211
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	89	304
Total	1.908	3.515

21 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Cadastro - Consignado	1.946	2.134
Interchange de Bandeiras – Cartões	4.729	3.805
Cartões (Anuidade, Saque e Emissão de Cartão)	1.140	930
Rendas de serviços prestados a ligadas(1)	4.580	-
Outros	424	834
Total	12.819	7.703

(1) Refere-se a valores recebidos por serviços prestados ao Santander R\$4.580.

22 Despesas de pessoal

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração	32.230	29.159
Encargos	8.573	9.515
Benefícios	7.579	7.319
Treinamento	397	382
Total	48.579	46.375

23 Despesas administrativas

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Processamento de Dados	119.551	109.494
Depreciações e Amortizações	8.541	5.266
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	236.487	182.217
Comunicações	14.212	12.823
Propaganda, Promoções e Publicidade	10.299	12.004
Serviços do Sistema Financeiro	4.489	5.855
Aluguel	4.051	3.958
Outras	6.220	6.265
Total	403.850	337.882

24 Despesas tributárias

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesa com Cofins	81.911	72.161
Despesa com ISS	641	385
Despesa com PIS	13.311	11.726
Outras	1.161	667
Total	97.024	84.939

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o

25 Outras receitas operacionais

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas ⁽¹⁾	116.392	94.153
Reversão de Provisão de Saldos a Receber de Convênios ⁽²⁾	42.467	-
Reversão de Provisão – Trabalhistas (Nota 17.c)	-	453
Variação Monetária Ativa	195	115
Outras	795	266
Total	159.849	94.987

(1) Refere-se, principalmente, a: (i) reembolso de despesas rateadas conforme acordo operacional com o Banco BS2 S.A., R\$5.022 (2018 – R\$5.330) (ii) ressarcimento de custos de originação em operações de portabilidade, R\$100.933 (2018 – R\$74.236); (iii) recuperação de despesas com correspondentes, R\$4.728 (2018 – R\$9.859).

(2) Estão registradas, receitas de reversão de provisão para perdas em repasses de valores de órgãos públicos conveniados.

26 Outras despesas operacionais

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Provisões Operacionais	-	-
Fiscais (Nota 17.c)	30	19
Trabalhistas (Nota 17.c)	2.248	552
Cíveis (Nota 17.c)	36.588	33.465
Provisão de Saldos a Receber de Convênios ⁽¹⁾	-	66.373
Despesas de Interveniências de Repasses de Recursos	21.768	21.062
Comissões ⁽²⁾	365.861	319.798
Outras	36.070	19.614
Total	462.565	460.883

(1) Estão registradas, despesas de provisão para perdas em repasses de valores de órgãos públicos conveniados.

(2) Referem-se, principalmente, a remunerações pagas aos correspondentes por serviços de originação de operações de crédito.

27 Imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	826.690	646.624
Participações no Lucro(1)	(8.758)	(7.674)
Resultado antes dos Impostos	817.932	638.950

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, respectivamente(2)

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado de Participações em Controladas	(327.173)	(287.528)
Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis de Caráter Permanente	1.501	2.550
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL/Diferencial de Alíquota do Adicional de Imposto de Renda	(2.171)	(3.660)
Incentivos Fiscais Deduzidos do Imposto a Pagar	11.520	(12.512)
Incentivos Fiscais Deduzidos do Imposto a Pagar	4.944	-
Incentivos Fiscais Deduzidos do Imposto a Pagar de exercícios anteriores	3.723	8.518
Imposto de Renda e Contribuição Social	(307.656)	(292.632)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
(2) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.m).

(3) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de março de 2020, por tempo indeterminado (Nota 3.m).
(4) Incentivos fiscais deduzidos do imposto de exercício anterior – 2018.
Em decorrência da publicação da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, que aumentou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, a partir de 1º de março de 2020, reconhecemos no exercício de 2019, o crédito tributário apurado sobre o diferencial de alíquotas no montante de R\$11.520.

28 Outras informações

(a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, o Olé Consignado aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.
(b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/rfi.

29 Eventos Subsequentes

Em 30 de janeiro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A. e os acionistas da Bosan Participações S.A. celebraram os instrumentos definitivos e realizaram os atos de fechamento referentes à compra e venda da totalidade das ações de emissão da Bosan, mediante a transferência das ações da Bosan ao Banco Santander e o pagamento aos vendedores do preço acordado.
Como resultado do Fechamento o Santander Brasil passou a ser, direta e indiretamente, titular da totalidade das ações de emissão do Banco Olé.

DIRETORIA	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Conselheiros
Presidente Angel Santodomingo Martell	Alessandro Tomao Gabriel Pentagna Guimarães Luciana de Aguiar Barros Paulo Henrique Pentagna Guimarães
DIRETORIA Diretor Presidente Francisco Soares da Silva Junior Diretor Financeiro Ricardo Oishi Sonoda Diretores Executivos Álvaro Alexis Loureiro Junior Rodrigo Oliveira Cantelli	CONSELHO FISCAL Conselheiros Elias de Matos Brito Antonio Melchisedes Baldisera Luciano Faleiro Paolucci
Contador Gilberto Cabeleira Alves Contador - CRC- PR040031/O T-MG	

Aos Administradores e Acionistas
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Banco para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Banco e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de março de 2020.

pwc
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.
CNPJ/MF: 08.596.628/0001-03 – NIRE 31300024466
AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas da **Hidrelétrica Cachoeirão S.A.**, no escritório Administrativo da companhia, na Rua Moacyr Ávidos, nº 340, 1º andar, bairro Esplanada, Colatina (ES), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Pocrane (MG), 26 de março de 2020.
Arthur Arpini Coutinho
Presidente do Conselho de Administração

MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG - Tomada de Preços nº 002/2020.
Procedimento Licitatório nº 013/2020. Sessão Oficial dia 17/04/2020 às 08:00 horas. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Execução de Projeto de Recapeamento e Reciclagem, Implantação Asfáltica em CBUQ (Concreto betuminoso usinado a quente), Drenagem, sinalização e obras Complementares da Avenida Aristides Garcia Leão e Rua Francisco Inácio da Costa e Contratação de Empresa Especializada para Execução de Projeto de Pavimentação em Calçamento Sextavado (bloquetes) em diversas ruas no loteamento popular "Terezinha Albieri Souza" do Município, em Atendimento a Programa BDMG Urbaniza, conforme Projeto (s), Memorial (s) Descritivo (s), Cronograma (s) Físico Financeiro e Planilha (s) Orçamentária (s), incluindo serviços e fornecimento de todo o material. O Edital poderá ser solicitado pelo email: licitapta@gmail.com ou na sede da Prefeitura Municipal. Informações (37) 3324-1057. **Pimenta/MG, 24 de março de 2020.**
Allysson José Ribas de Oliveira - Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
EXTRATO DE AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - Processo Licitatório nº 30/2020 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA RDC nº 003/2020. O Superintendente de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Paracatu-MG torna público que o Processo Licitatório em epígrafe, cujo objeto consiste na **Realização das obras para implantação de auxílio9 à navegação aérea no aeroporto, implantação das sinalizações, construção da cerca operacional e serviços complementares no aeroporto de Paracatu/MG**, encontra-se **SUSPENSO** por tempo indeterminado, bem como a sessão pública de abertura anteriormente marcada para o dia 30/03/2020 está cancelada, por motivo de ordem administrativa, em atenção ao Decreto Municipal 5.637 de 17 de Março de 2020. Publique-se.

Paracatu-MG, 24 de Março de 2020.
Lúcio Prado Ferreira Gomes – Superintendente de Licitações e Contratos.

MEDINVEST PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS S/A CNPJ: 07.223.982/0001-20			
RELATÓRIO DA DIRETORIA			
Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018. VALORES EM REAIS (R\$). Barbacena, 25 de Março de 2020. A DIRETORIA.			
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO			
ATIVO	2019	2018	
CIRCULANTE	20.046	19.086	
Caixa e equivalentes de caixa	18.437	17.622	
Tributos a recuperar	1.609	1.465	
NÃO CIRCULANTE	2.531.205	1.756.713	
Outros ativos financeiros	1.123	1.123	
Investimentos em controladas	2.530.082	1.755.590	
TOTAL DO ATIVO	2.551.251	1.775.800	
PASSIVO	2019	2018	
CIRCULANTE	66.097	57.056	
Obrigações com pessoas ligadas	66.091	57.049	
Obrigações tributárias	6	6	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.485.154	1.718.744	
Capital social	3.420.000	3.420.000	
Lucros (Prejuízos) acumulados	(934.846)	(1.701.256)	
TOTAL DO PASSIVO E PAT. LÍQUIDO ...	2.551.251	1.775.800	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
	2019	2018	
(Despesas) Receitas operacionais	765.450	478.018	
Administrativas e gerais	(9.041)	(12.509)	
Particip. nos lucros (prejuízos) de coligadas ..	774.492	490.527	
Lucro (prej.) antes dos efeitos financeiros ..	765.450	478.018	
(Despesas) Receitas financeiras	960	977	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	766.410	478.996	
Lucro (prej.) líquido p/ação do capital final ...	4.033.74	2.521.03	
Quantidade de ações	190	190	
Valor patrimonial contábil por ação	13.079,76	9.046,02	
NOTAS EXPLICATIVAS - 1 - Contexto: A Companhia Medinvest Participações em Empresas S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objetivo de holdings de instituições não financeiras. 2 - Apresentação das Demonstrações: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira. Resultado: Receitas e Despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. Ativo Circulante e Não Circulante: É apresentado pelo valor de realização/registrado ao custo de aquisição. Passivo Circulante e Não Circulante: São demonstrados por valores conhecidos acrescidos dos encargos. 3			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
	2019	2018		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	766.410	478.996		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Resultado abrangente total do exercício	766.410	478.996		
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Capital e reservas	Prejuízos Acumul.	Somas	
Em 31 de dezembro de 2017 ..	3.420.000	(2.180.252)	1.239.748	
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	478.996	478.996	
Em 31 de dezembro de 2018 ..	3.420.000	(1.701.256)	1.718.744	
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	766.410	766.410	
Em 31 de dezembro de 2019 ..	3.420.000	(934.846)	2.485.154	
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
	2019	2018		
1. Das Atividades Operacionais	766.410	478.996		
Lucro líquido antes do IR e CSSL	-	-		
Participação nos (lucros) prejuízos de controladas (+ou-)	(774.492)	(490.527)		
Renda de invest. reconhecida no resultado (-) ..	(960)	(977)		
Lucro líquido ajustado (=)	(9.041)	(12.509)		
(Acrésc.) decréscimo nos tributos a recuperar ..	(144)	(147)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(9.185)	(12.655)		
2. Das Atividades de Investimentos				
Renda de investimento recebido reconhecida no resultado (+)	960	977		
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	960	977		
3. Das Atividades Financeiras				
Acrésc.(decréc.) nos emprést. e financiamentos ..	9.041	12.509		
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	9.041	12.509		
Variação das Disponibilidades	816	831		
Demonstração Variação das Disponibilidades				
Saldo inicial das disponibilidades	17.622	16.791		
Saldo final das disponibilidades	18.437	17.622		
Demonstração Variação das Disponibilidades.	816	831		
- Capital Social: O Capital social é de R\$ 3.420.000. Totalmente subscrito e integralizado e representado por 190 ações, com valor nominal de R\$ 18.000 (dezoito mil reais). Destinação do Resultado: A Companhia amortizou o resultado do exercício aos prejuízos acumulados conforme a Lei 6.404/76. O conjunto completo das Demonstrações Contábeis está disponível na sede da Companhia.				
Dr. Paulo José Gonçalves de Souza - Diretor				
Denise da Cunha Sarmiento - Contadora CRC-MG 39.710/O-8.				

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG	
Aviso de Licitação. Pregão Eletrônico 09.001/2020. Processo 038. O Município de Araxá, torna público a aquisição de papel, para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Araxá-MG. Acolhimento das propostas: 30/03/2020 à partir das 15:00 horas até 13/04/2020 às 09:00 horas; Abertura das Propostas de Preços dia 13/04/2020 às 09:05. Início da sessão de disputa de preços dia 13/04/2020 às 10:15. Local: w.w.w.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Edital disponível nos sites: w.w.w.licitanet.com.br e www.araxa.mg.gov.br. Setor de Licitações: 0(34)3691-7022. Aracely de Paula Prefeito Municipal, 24/03/2020.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG	
Aviso de Licitação. Pregão Eletrônico 09.003/2020. Processo 040. O Município de Araxá, torna público a contratação de empresa de engenharia especializada para a elaboração de projeto básico para implantação do indicador de percurso de aproximação de precisão – Papi Primário e Secundário no Aeroporto Romeu Zema no Município de Araxá – MG. Acolhimento das propostas: 01/04/2020 à partir das 15:00 horas até 15/04/2020 às 09:00 horas; Abertura das Propostas de Preços dia 15/04/2020 às 09:05. Início da sessão de disputa de preços dia 15/04/2020 às 10:15. Local: w.w.w.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Edital disponível nos sites: w.w.w.licitanet.com.br e www.araxa.mg.gov.br. Setor de Licitações: 0(34)3691-7022. Aracely de Paula Prefeito Municipal, 24/03/2020.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG	
Aviso de Licitação. Pregão Eletrônico 09.004/2020. Processo 041. O Município de Araxá, torna público a contratação de empresa especializada em telecomunicação para prestação de serviço móvel pessoal – SMP, na forma de plano corporativo pós pago e cobertura em todo o território nacional, tráfego de dados, roaming automático entre localidades e acesso remoto a internet, para atender as diversas áreas da Prefeitura Municipal de Araxá-MG. Acolhimento das propostas: 01/04/2020 à partir das 15:00 horas até 15/04/2020 às 14:00 horas; Abertura das Propostas de Preços dia 15/04/2020 às 14:05. Início da sessão de disputa de preços dia 15/04/2020 às 15:15. Local: w.w.w.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Edital disponível nos sites: w.w.w.licitanet.com.br e www.araxa.mg.gov.br. Setor de Licitações: 0(34)3691-7022. Aracely de Paula Prefeito Municipal, 24/03/2020.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG	
Aviso de Licitação. Pregão Eletrônico 09.006/2020. Processo 043. O Município de Araxá, torna público a aquisição de eletrodomésticos para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Araxá-MG. Acolhimento das propostas: 03/04/2020 à partir das 15:00 horas até 17/04/2020 às 09:00 horas; Abertura das Propostas de Preços dia 17/04/2020 às 09:05. Início da sessão de disputa de preços dia 17/04/2020 às 10:15. Local: w.w.w.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Edital disponível nos sites: w.w.w.licitanet.com.br e www.araxa.mg.gov.br. Setor de Licitações: 0(34)3691-7022. Aracely de Paula Prefeito Municipal, 25/03/2020.	
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG	
Inexigibilidade por Credenciamento 12.002/2020. Processo: 022. O MUNICÍPIO DE ARAXÁ torna público, julgamento da fase de habilitação e proposta do PROCESSO nº 12.002/2020 para Credenciamento de pessoa jurídica para execução dos procedimentos cirúrgicos e de SADT (Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico) de catarata, em atendimento à população do Município de Araxá e Microrregião, conforme deliberação CIBSUS/MG nº 2.976 de 19 de agosto de 2019 e conforme pactuação 234 da CIR de Araxá, homologada na 257 reunião ordinária da CIB-SUS/MG 23 de outubro de 2019. Licitação credenciada e habilitada: Clínica Médica de Araxá LTDA - ME, valor global: R\$ 857,59. Desta forma abre – se o prazo de 05(cinco) dias úteis para que querendo as demais interessadas apresentem recurso contra a decisão da habilitação.	
Evelyn Florence Faria Corrêa, Presidente da CPL – 18/03/2020.	

HOSPITAL IBIAPABA S/A CNPJ: 17.077.967/0001-74			
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO			
Prezados Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. VALORES EM REAIS (R\$). Barbacena, 25 de Março de 2020. A DIRETORIA.			
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO			
ATIVO	2019	2018	
CIRCULANTE	115.748	119.688	
Caixa e equivalentes de caixa	14.389	23.207	
Tributos a recuperar	7.128	7.095	
Outros ativos financeiros	94.231	89.385	
NÃO CIRCULANTE	4.675.186	4.773.513	
Deposito Judiciais	83.048	83.048	
Outros ativos financeiros	14.840	14.480	
Propriedades para investimento	4.556.426	4.654.754	
Imobilizado	17.231	17.331	
Intangível	3.900	3.900	
TOTAL DO ATIVO	4.790.933	4.893.201	
PASSIVO	2019	2018	
CIRCULANTE	1.180.572	1.008.547	
Empréstimos e financiamentos	-	22.531	
Obrigações tributárias	32.197	26.913	
Obrigações com pessoas ligadas	1.130.846	941.575	
Provisão para contingências	17.528	17.528	
NÃO CIRCULANTE	738.427	1.889.336	
Provisão para contingências	112.978	112.978	
Obrigações com pessoas ligadas	625.448	1.776.357	
Total do Passivo	1.918.998	2.897.883	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.871.935	1.995.317	
Capital social	3.593.907	3.593.907	
Reservas de reavaliação	3.812.069	3.812.069	
(-) Prejuízos acumulados	(4.534.040)	(5.410.658)	
TOTAL DO PASSIVO E PAT. LÍQUIDO ..	4.790.933	4.893.201	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
	2019	2018	
(Despesas) Receitas operacionais	972.095	638.198	
Administrativas e gerais	(3.207)	(137.208)	
Outras despesas operacionais	(98.327)	(98.330)	
Outras receitas operacionais	1.073.629	873.737	
Lucro (prej.) antes dos efeitos financeiros	972.095	638.198	
(Despesas) Receitas financeiras	(24)	63	
Lucro (prejuízo) antes da tributação	972.070	638.261	
Tributos sobre o lucro	(95.453)	(74.821)	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	876.618	563.440	
Lucro (prejuízo) líq. p/ação do capital final	0,0390	0,0251	
Quantidade de ações	22.461.918	22.461.918	
Valor patrimonial contábil por ação	0,1279	0,0888	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	2019	2018	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	876.618	563.440	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total do exercício ...	876.618	563.440	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Capital e reservas	Prejuízos Acumul.	Somas	
Em 31 de dezembro de 2017 ..	7.405.976	(5.974.098)	1.431.877	
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	563.440	563.440	
Em 31 de dezembro de 2018 ..	7.405.976	(5.410.658)	1.995.317	
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	876.618	876.618	
Em 31 de dezembro de 2019 ..	7.405.976	(4.534.040)	2.871.935	
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA				
	2019	2018		
1. Das Atividades Operacionais	972.070	638.261		
Lucro líquido antes do IR e CSSL	-	-		
Depreciação e amortização (+)	98.327	98.330		
Custos de financiamento (+)	24	105		
Renda de invest. reconhecida no resultado (-) ..	(178)	(168)		
Lucro líquido ajustado (=)	1.070.244	736.529		
Variação no capital circulante				
(Acréscimo) decrésc. nos tributos a recuperar ..	(33)	134.422		
Acrésc.(decréc.) nos trib. correntes a pagar ..	5.284	5.521		
Caixa proveniente das operações (=)	1.075.495	876.472		
Imp. de renda e contrib. social sobre o lucro	(95.453)	(74.821)		
Caixa líquido prov. das ativ. operacionais	980.042	801.651		
2. Das Atividades de Investimentos				
Renda de investimento recebido reconhe- cida no resultado (+)	178	168		
(Acréscimo) decréscimo em outros ativos financeiros (+ou-)	(4.846)	(24.286)		
Caixa líq. proven. das ativ. de investimentos ..	(4.668)	(24.118)		
3. Das Atividades Financeiras				
Acrésc.(decréc.) nos emprést. e financiam. .	(22.531)	(12.798)		
Acréscimo (decréscimo) nas obrigações com pessoas ligadas	(961.638)	(764.067)		
Custos de financiamento (-)	(24)	(105)		
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(984.139)	(776.971)		
Variação das Disponibilidades	(8.819)	562		
Saldo inicial das disponibilidades	23.207	22.646		
Saldo final das disponibilidades	14.389	23.207		
Demonstração Variação das Disponibilidades	(8.819)	562		
NOTAS EXPLICATIVAS - 1. Contexto Operacional: Hospital Ibiapaba S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a hospitalização e prestação de serviços médicos. 2 - Apresentação das Demonstrações: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira. Resultado: Receitas e Despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. Ativo Circulante e Não Circulante: É apresentado pelo valor de realização/registrado ao custo de aquisição. Passivo Circulante e Não Circulante: São demonstrados por valores conhecidos acrescidos dos encargos. 3 - Capital Social: O Capital social é de R\$ 3.593.907, totalmente subscrito e integralizado e representado por 22.461.918 ações, com valor nominal de R\$ 0,16 (dezesseis centavos). Destinação do Resultado: A Companhia amortizou o resultado do exercício aos prejuízos acumulados conforme a Lei 6.404/76. O conjunto completo das Demonstrações Contábeis está disponível na sede da Companhia.				
Dr. Francisco Muniz Neto - Diretor Presidente.				
Denise da Cunha Sarmiento - Contadora CRC-MG 39.710/O-8.				

HOJE
EM DIA

ANUNCIE AQUI (31) 3236.8001

ONCOCLÍNICAS PARTICIPAÇÕES MINAS GERAIS S.A. C.N.P.J.: 32.897.005/0001-55				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de Reais)		DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)		
ATIVO	31/12/2019	31/12/2019		
CIRCULANTE		RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Caixa e equivalentes de caixa	521	Despesas gerais e administrativas (29)		
NÃO CIRCULANTE		Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (1)		
Investimentos	56.994	Resultado de equivalência patrimonial 4.946		
TOTAL DO ATIVO	57.515	LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO 4.916		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2019	Receitas financeiras 2		
CIRCULANTE		Despesas financeiras (800)		
Contas a pagar de aquisições	22.536	RESULTADO FINANCEIRO (798)		
NÃO CIRCULANTE		LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 4.118		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.150	Correntes -		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Diferidos -		
Capital Social	3.374	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 4.118		
Transação entre sócios	348			
Reserva de capital	29.901			
Reserva legal	206			
Total do Patrimônio Líquido	33.829			
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.515			
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais)				
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de Lucros	Total do patrimônio líquido
		Reservas de capital	Transação entre sócios	Reserva legal
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	4.118
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.500)
Integralização de capital	3.374	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	412	(412)
Constituição reserva legal	-	-	-	206
Ágio pago na integralização de ações	-	29.901	-	-
Outros	-	-	(64)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.374	29.901	348	206
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)				
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2019			
Lucro líquido do exercício	4.118			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido				
gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(4.946)			
	(828)			
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a pagar por aquisições	(33.577)			
Caixa gerado pelas operações	(34.405)			
Juros pagos	-			
Imposto de renda e contribuição social pagos	-			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(34.405)			
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
AFAC	31.051			
Dividendos pagos	500			
Integralização de capital	3.374			
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	34.925			
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	521			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	521			
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	521			
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019				
1. INFORMAÇÕES GERAIS: Oncologia Participações Minas Gerais S.A., (“Companhia”), a Oncologia Participações Minas Gerais S.A., localizada em Belo Horizonte/MG, atua na participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista. É controladora do Nucleo de Hematologia e Transplante de Medula Ossea de Minas Gerais Ltda., localizado em Belo Horizonte/MG.				
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo: 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, mensurado pelo seu valor justo. A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. As políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas na preparação das demonstrações financeira da sociedade controladora, a Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. 2.2. Investimento e consolidação: A Companhia não apresentou as demonstrações financeiras consolidada, em virtude da sua acionista controladora ter disponibilizado ao público as suas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36. Nas demonstrações financeiras da sociedade controladora, as informações financeiras das sociedades controladas e coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. 2.3. Moeda funcional: Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação pela Companhia. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. 2.5. Instrumentos financeiros: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e valor justo por meio do resultado (“FVTPL”). Com a vigência da referida Norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer as seguintes condições: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. 2.6. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa e a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou “impairment”), considerando o conceito de perdas esperadas, isto é, correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decorso normal das atividades da Companhia, líquidos da PCLD. Os saldos do contas a receber são apresentados líquidos dos adiantamentos de clientes por se tratar de recebimento de convênios cujas notas fiscais do serviço prestado ainda não foram identificadas. Os recebimentos ocorrem, em média, em 83 dias (91 dias em 31/12/2018). A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber. 2.7. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estima receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. 2.8. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de				
redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com os custos, serão auferidos pela Companhia. Despesas de manutenção e reparos correntes sejam registrados no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” no resultado. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a vida útil está assim demonstrada: 10 anos (ou 10% a.a.) para “Máquinas e equipamentos”, “Instalações Móveis e utensílios” e “benfeitorias em imóveis de terceiros”; e 20 anos (ou 20% a.a.) para “Computadores e periféricos”. 2.9. Ativos intangíveis: a) Contratos de não competição e demais ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição e, posteriormente, avaliados com vida útil definida, sendo contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. b) Ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”), quando aplicável, resulta da aquisição de controlada e representa o excesso (i) da contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na sociedade adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação societária anterior na sociedade em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (“impairment”). As revisões de “impairment” do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível “impairment”. 2.10. IFRS 16/CPC 6 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019): A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a representação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, e não altera o cálculo de dividendos, informando a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 não foi representada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. 2.11. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. 2.12. Provisões para risco tributários, trabalhistas e cíveis: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. 2.13. Imposto de renda e contribuição social: As despesas de imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos e são calculados com base na legislação tributária vigente. Impostos diferidos passivos são os valores de imposto sobre a renda a pagar em períodos futuros, em relação às diferenças tributáveis temporárias. Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis, do diferimento de prejuízos fiscais não utilizados e do diferimento de créditos fiscais não utilizados. O regime tributário da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 é Lucro Real. 2.14. Reconhecimento de receitas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados. A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação a ser recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre venda. 2.15. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que a distribuição é aprovada pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.16. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. 2.17. Partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas são compostas por contas a receber de sócios, dividendos a receber, mútuos a receber e a pagar com sociedades coligadas e adiantamentos para futuro aumento de capital em sociedades controladas. 2.18. Novos pronunciamentos contábeis e interpretações vigentes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019: a) IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro, b) IFRS 16/CPC 6 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019). 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS: As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de uma maneira contínua. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: (i) Reconhecimento da receita; (ii) Provisão para crédito de liquidação duvidosa; (iii) Perda por “impairment – ágio; (iv) Impostos diferidos; (v) Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.				
Luís Roberto Natel de Almeida - Diretor presidente Eric Alexandre Alencar - Diretor Financeiro Bráulio Rios Sá - Contador - CRC MG 117577/O-2				

MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº 02.578.564/0001-31 - NIRE 31.300.025.969
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar na sede da Companhia, na Avenida Barão Homem de Melo nº 2.222, 8º andar, sala 802, letra B, bairro Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no dia 01 de abril de 2020, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Companhia ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos, no valor total de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Emissão" e "Oferta Restrita", respectivamente), bem como seus respectivos termos e condições; e 2. Deliberar sobre a autorização à Diretoria da Companhia, bem como quaisquer de seus representantes legais com poderes para tanto, a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação da Emissão, especialmente para: (i) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures; (ii) contratar o Banco Bradesco BBI S.A. para desempenhar a função de instituição intermediária da Oferta Restrita; (iii) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão, bem como quaisquer aditamentos aos pertinentes documentos; (iv) tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação da Emissão das Debêntures e da Oferta Restrita; (v) contratar os demais prestadores de serviços para a Oferta Restrita, incluindo, sem limitação, agente fiduciário, escriturador, banco liquidante, assessores legais, entre outros; e (vi) ratificar eventuais atos já praticados pela Diretoria da Companhia nos termos das deliberações a serem tomadas. Instruções Gerais: (a) Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, todas as informações e documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas; e (b) Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976, os acionistas deverão exibir documento de identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia, podendo ser representados por mandatários, observadas as determinações e restrições legais. Pede-se que os documentos que comprovem a regularidade da representação sejam entregues, na sede da Companhia, no mínimo 24 horas antes da Assembleia Geral Extraordinária. Belo Horizonte, 25 de março de 2020. Ricardo Efroim Zatz Bias - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG

O Prefeito do Município de Pedras de Maria da Cruz/MG, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no Artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e Súmula 473 do STF, Determinou a **REVOGAÇÃO** do Processo Licitatório 021/2020 e Pregão Presencial Nº 012/2020 - cujo objeto é contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de desportistas amadores, informações (38) 99744-2271,3622.4140, www.pedrasdemariadacruz.mg.gov.br ou licitacao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br.

Sebastião Carlos Chaves de Medeiros
Prefeito Municipal

Editál de convocação

Pelo presente edital de convocação, usando das atribuições, que lhe confere o Estatuto da Associação Primeiro de Maio da Vila Vista Alegre, o presidente Sr. Sérgio Diniz de Oliveira, convoca a todos os associados, em dia com suas obrigações estatutárias, para Assembleia Geral Ordinária, onde teremos eleição e posse da nova diretoria, para o triênio 2020 a 2023. Acontecerá as 19:00 horas entrega das chapas concorrentes, na primeira hora e as 19:30 início da Assembleia. Rua Herculano Mourão Salazar nº95 - Vista Alegre, no dia 28 de abril de 2020 às 19:00 horas.

Belo Horizonte 26 de março de 2020.
Sérgio Diniz de Oliveira.

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

AVISO DE LICENÇA

A MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., CNPJ 24.176.892/0001-44, torna público que requereu em 17/03/2020, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Licença de Operação (LO) para a Linha de Transmissão (LT) 230 kV Irapé - Janaúba 3 e Subestação (SE) Janaúba 3, sob Processo IBAMA nº 02001.001478/2016-48, localizadas nos municípios de Grão Mogol, Josenópolis, Riacho dos Machados, Porteirinha e Janaúba, no Estado de Minas Gerais.

Munilo Magalhães Nogueira
Diretor Técnico

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 021/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020 - Torna público o aviso de licitação, objetivando a aquisição parcelada de bloquete sextavado e meio fio, para serem utilizados na pavimentação de ruas da área urbana e rural desta municipalidade. Credenciamento: 13/04/2020 às 08h30min. Abertura: 13/04/2020 às 08h45min. Interessados manter contato: (38) 3811-1597 / 3811-1050, e-mail: licitacaoaoa@gmail.com ou diretamente na sede do município, na Pça. Cel. Jonathas, 220, Centro. Monte Azul-MG, 26/03/2020 - Carlos Carmelo José Santos - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 022/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020 - Torna público o aviso de licitação, objetivando a aquisição de veículo zero quilômetro do tipo carro de passeio, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde desta municipalidade, com vistas atender a Proposta de Aquisição nº 11467.043000/1190-03-Ministério da Saúde. Credenciamento: 14/04/2020 às 08h30min. Abertura: 14/04/2020 às 08h45min. Interessados manter contato: (38) 3811-1597 / 3811-1050, e-mail: licitacaoaoa@gmail.com ou diretamente na sede do município, na Pça. Cel. Jonathas, 220, Centro. Monte Azul-MG, 26/03/2020 - Carlos Carmelo José Santos - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 023/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 - Torna público o aviso de licitação, objetivando a aquisição de veículo zero quilômetro do tipo micro-ônibus/van, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde desta municipalidade, com vistas atender o Termo de Compromisso nº 493/6821. Credenciamento: 14/04/2020 às 10h30min. Abertura: 14/04/2020 às 10h45min. Interessados manter contato: (38) 3811-1597 / 3811-1050, e-mail: licitacaoaoa@gmail.com ou diretamente na sede do município, na Pça. Cel. Jonathas, 220, Centro. Monte Azul-MG, 26/03/2020 - Carlos Carmelo José Santos - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial - nº 087/2019

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial - nº 087/2019**. Licitação Exclusiva - ME/EPP LC 123/06. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de organização e execução de corrida rústica. Data de realização **08/04/2020 às 09:30 h**. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em **Portal da Transparência/Publicações**.

Nova Lima, 26 de março de 2020.

O Pregoeiro

Icasa-Indústria Cerâmica Andradense S/A
CNPJ nº 17.884.560/0001-59
NIRE nº 3.130.005.260-5

Aviso aos Acionistas. Encontram-se à disposição dos senhores acionistas da Icasa-Indústria Cerâmica Andradense S/A., no escritório administrativo da sociedade, na avenida Ricarti Teixeira, nº 1.444, bairro Contendas, Andradas, Estado de Minas Gerais, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Andradas, 26 de março de 2020.
(a) A DIRETORIA

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COHAB MINAS - CNPJ - 17.161.837/0001-15 Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - CONVOCAÇÃO - A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COHAB MINAS convoca seus acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar cumulativamente em sua sede na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Edifício Gerais, 14º andar, Bairro Serra Verde, em Belo Horizonte/MG, às 10:00 horas do dia 27 de abril de 2020, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: Assembleia Geral Ordinária: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2019. Assembleia Geral Extraordinária: a) alteração das redações do inciso V do artigo 33, e do artigo 66 do estatuto social; b) outros assuntos de interesse da Companhia. Belo Horizonte, 26 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial
Registro de Preço - nº 020/2020

O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 020/2020**. Objeto: Eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender a Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Lima, destinando itens exclusivamente para ME/EPP e itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48, III da LC 123/06 alterada pela LC 147/14. Data de realização **13/04/2020 às 13:30 h**. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em **Portal da Transparência/Publicações**.

Nova Lima, 26 de março de 2020.

A Pregoeira

AVISO AOS ACIONISTAS

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF nº19.296.342/0001-29- NIRE 1300039927

Acham-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia à Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Prédio Gerais, 4º andar, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, CEP 31630-901, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Belo Horizonte, 20 de março de 2020.
Weverton Vilas Boas de Castro - Diretor-Presidente



ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001

Consórcio Intermunicipal de Saúde Alto das Vertentes - UASG 927658, 26/03/2020. Aviso de Licitação. Pregão Eletrônico 02/2020 Proc. 05/2020 Registro de Preços. 02/2020. Obj: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material médico hospitalar e diversos outros insumos de saúde atendendo à demandas de emergência em Saúde Pública dos municípios consorciados ao CISALV referente ao surto do CORONAVÍRUS, Total de Itens Licitados: 15. Edital disponível a partir de 27/03/2020 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00 no endereço: Rua Vice Prefeito Antônio A. de Lima Nº 135, Centro – Ressaquinha/MG ou www.comprasgovernamentais.gov.br/, ou <https://www.cisalv.com.br/>. Entrega das Propostas: a partir de 27/03/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/04/2020 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Vide Edital e e-mail: pregaoeletronico.cisalv@gmail.com. Carlos Henrique Machado – Secretário Executivo do CISALV.

ENERGEE PEDRO TEIXEIRA GERAÇÃO LTDA.

CNPJ/ME nº 33.231.329/0001-12 | NIRE 31.211.311.168

2ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E ATO DE TRANSFORMAÇÃO DA PEDRO TEIXEIRA GERAÇÃO LTDA. EM SOCIEDADE ANÔNIMA

Pelo presente instrumento, **(1) CHRIS SATTTLER**, norte americano, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Barão de Jaguaripe, nº 326, apto. 501, Bairro Ipanema, CEP 22.421-000, no Município do Rio de Janeiro - RJ, RNE G406979Z, GPI/DIREX/DPF, RJ, CPF/ME nº 063.954.277-84; **(2) MICHAEL PAUL SILVESTRINI**, norte americano, casado, empresário, residente e domiciliado na 9 Cedar Lane CT 0647- Old Saybrook, Estados Unidos da América, portador do documento de identidade 546144593, USA, e inscrito no CPF/ME sob o nº 082.865.541-32, neste ato representado pelo procurador **CHRIS SATTTLER**, acima qualificado; e **(3) ANTONIO CARLOS NETHER FERREIRA PIRES**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na Av. Monsenhor Ascano, nº 549, apto. 204, Barra da Tijuca, CEP 22.621-060, no Município do Rio de Janeiro - RJ, RG 03.971.093-4, SSP/RJ, CPF/ME nº 535.346.467-20, sócios representando a totalidade do capital social da **ENERGEE PEDRO TEIXEIRA GERAÇÃO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede no Município de Pedro Teixeira, Estado de Minas Gerais, na Rua Núcleo Rural, S/N, Sítio da Boa Esperança, Zona Rural, CEP 36.148-000, CNPJ/ME sob nº 33.231.329/0001-12, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado Minas Gerais sob o NIRE 31.211.311.168 ("Sociedade"), resolvem, neste ato, nos termos da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 ("Código Civil"), deliberar o quanto segue: **1. ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE.** 1.1. Os sócios, por unanimidade e sem quaisquer restrições, resolvem o endereço da sede da Sociedade, atualmente localizada no Município de Pedro Teixeira - MG, na Rua Núcleo Rural, S/N, Sítio da Boa Esperança, Zona Rural, CEP 36.148-000 para o Município de Pedro Teixeira – MG, na Rua Núcleo Rural, S/N, Sítio da Boa Esperança, Setor A, Zona Rural, CEP 36.148-000. 1.2. Em razão da deliberação tomada acima, decidem os sócios, por unanimidade e sem quaisquer restrições, aprovar a alteração da Cláusula I do Contrato Social da Sociedade, passando a vigorar com a seguinte nova redação: **"CLÁUSULA I – NOME EMPRESASIAL, SEDE E FORO JURÍDICO** A Sociedade girará sob denominação de ENERGEE PEDRO TEIXEIRAGERAÇÃO LTDA. e nome fantasia de ENERGEE PEDRO TEIXEIRA. A sociedade tem a sua sede e foro na Cidade de Pedro Teixeira, Estado de Minas Gerais, no endereço situado no Sítio Boa Esperança, Setor B, Rua Núcleo Rural s/n, CEP 36148-000Zona Rural - Município de Pedro Teixeira – MG." **2. INCLUSÃO DE ATIVIDADE NO OBJETO SOCIAL.** 2.1. Os sócios, por unanimidade e sem quaisquer restrições, resolvem alterar a descrição do objeto social da Sociedade, de modo a incluir a atividade de geração de energia elétrica, passando a Cláusula II do Contrato Social com a seguinte nova redação: **"CLÁUSULA II – OBJETO** A Sociedade tem como objeto social as seguintes atividades: (i) Aluguel de máquinas e equipamentos de geração de energia elétrica; (ii) Operação, manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e (iii) Geração de energia elétrica." **3. TRANSFORMAÇÃO EM SOCIEDADE ANÔNIMA.** 3.1. Os sócios, por unanimidade e sem quaisquer restrições, decidem transformar o tipo societário da Sociedade, nos termos dos arts. 1.113 a 1.115 da Código Civil e da Cláusula X do Contrato Social da Sociedade, de sociedade limitada para sociedade anônima, a ser regida por seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), bem como pelas demais disposições legais aplicáveis às sociedades anônimas. **3.2.** Em razão da alteração do tipo jurídico da Sociedade ora aprovada, fica aprovada a mudança da denominação social da Sociedade para **ENERGEE PEDRO TEIXEIRA GERAÇÃO S.A.** (doravante denominada simplesmente "**Companhia**", e os até então sócios passam a ser denominados nos "**Acionistas**"). **3.3.** Os acionistas estabelecem que a Companhia continuará a operar dentro do mesmo exercício social, atendidas as exigências fiscais e contábeis. **4. CONVERSÃO DAS QUOTAS EM AÇÕES.** 4.1. Em virtude das deliberações aprovadas no item 1 acima, foi aprovada a conversão da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade em igual número de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Dessa forma, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 5.866.658,00, passa a ser representado por 5.866.658 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas pelos acionistas **Chris Sattler, Michael Paul Silvestrini e Antonio Carlos Nether Ferreira Pires** e todos acima qualificados, conforme Lista de Conversão de Quotas em Ações Ordinárias que compõe o **Anexo I** ao presente instrumento e conforme refletido no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **5. ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA.** 5.1. Os acionistas aprovam, por unanimidade e sem quaisquer restrições, que a Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo 1 Diretor Presidente e 1 Diretor sem designação específica, para o mandato de 3 anos, permitida a reeleição, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral. **5.2. Diretoria.** Os acionistas da Companhia aprovam, por unanimidade e sem quaisquer restrições, a nomeação dos membros da Diretoria da Companhia, que será composta por **(i) CHRIS SATTTLER**, norte americano, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Barão de Jaguaripe, nº 326, apto. 501, Bairro Ipanema, CEP 22.421-000, no Município do Rio de Janeiro - RJ, RNE G406979Z, GPI/DIREX/DPF, RJ, CPF/ME nº 063.954.277-84, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia; e **(ii) ANTONIO CARLOS NETHER FERREIRA PIRES**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado na Av. Monsenhor Ascano, nº 549, apto. 204, Barra da Tijuca, CEP 22.621-060, no Município do Rio de Janeiro - RJ, RG 03.971.093-4, SSP/RJ, CPF/ME sob o nº 535.346.467-20, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. **5.2.1.** Os Diretores ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do art. 147 da Lei das S.A. **5.2.2.** Os Diretores ora eleitos tomam posse de seus respectivos cargos nesta data mediante assinatura dos termos de posse correspondentes lavrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, arquivado na sede da Companhia, em todo idênticos aos termos de posse constantes do **Anexo II** ao presente instrumento, nos quais constam a declaração de desimpedimento indicada no item 5.2.1 acima. **5.2.3.** Os Diretores da Companhia ora eleitos não farão jus a remuneração dado que são remunerados por meio de outra sociedade do mesmo grupo econômico da Companhia. **6. ESTATUTO SOCIAL** 6.1. Em decorrência das deliberações acima, os acionistas aprovam, por unanimidade e sem quaisquer restrições, o Estatuto Social da Companhia, que, rubricado por todos as acionistas, passa a integrar o presente instrumento como **Anexo III**, nos termos do art. 5º, da Instrução Normativa do DREI nº 35/2017, o qual passa a reger a Companhia a partir desta data. **6.2.** Os acionistas conferem aos Diretores da Companhia todos os poderes necessários para formalizar o registro da transformação da Sociedade perante os órgãos competentes, incumbindo-os também das demais providências necessárias. **6.3.** Os acionistas decidiram que as publicações dos atos da Companhia a serem realizadas nos termos do art. 289 da Lei das S.A. serão realizados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no Jornal Hoje em Dia. E, assim, por estarem justos e contratados, os acionistas assinam o presente instrumento em 3 vias, de igual teor e forma. O presente instrumento é também assinado pelos Diretores ora eleitos. Pedro Teixeira, 10/02/2020. **JUCEMG** nº 31300130576 em 18/03/2020. Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 173/2020

CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

através da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Fornecimento de mamitex em atendimento à Secretaria acima citada . A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até às 09:00 horas do dia 14/04/2020, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Uberlândia, MG, 25 março de 2020. IRACEMA BARBOSA MARQUES. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO E HABITAÇÃO



ANUNCIE AQUI

(31) 3236-8001

SOREL – Sociedade Reflorestadora S.A., por determinação da Superintendência Regional de Meio Ambiente – Alto São Francisco, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo nº 09339/2009/003/2014, Licença de Operação Corretiva, para Silvicultura, Culturas Anuais, Produção de Carvão Vegetal, Criação de Bovinos em Regime Extensivo e Confinamento na Fazenda Santa Helena/Matinada, localizada no município de Morada Nova de Minas, Minas Gerais. O requerente informa que foram apresentados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e que o RIMA encontra-se à disposição dos interessados na Superintendência Regional de Meio Ambiente – Alto São Francisco. O requerente comunica que os interessados na realização da Audiência Pública deverão formalizar a sua solicitação, conforme o previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 225, de 25 de julho de 2018 e Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, na Superintendência Regional de Meio Ambiente – Alto São Francisco no município de Divinópolis/MG, dentro do prazo até 45 dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS/MG
REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 001/2019. Tipo: Menor preço global. Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica, na Rua Carlos Marques Reis, Distrito de Melo Viana, decorrente do Contrato de Repasse OGU Caixa 845243/2017 - Ministério das Cidades. Recebimento dos envelopes até as 09h00m do dia 13/04/2020. Abertura dos envelopes: as 09h15m do dia 13/04/2020. O Edital poderá ser obtido no site www.esmeraldas.mg.gov.br no link >> "Editais e Licitações" ou solicitado pelo Telefone (31)3538-8885. Interessados em participar da licitação e que não possuem cadastro junto a Prefeitura de Esmeraldas, deverão apresentar documentos para cadastro até o dia 08/04/2020. Devido as medidas adotadas para combate do Coronavírus, a sessão de abertura dos envelopes será composta apenas pelos membros da Comissão de Licitação, sendo transmitida ao vivo através do site da Câmara Municipal de Esmeraldas (www.camaraesmeraldas.mg.gov.br), cujo prazo para recurso será aberto aos interessados nos prazos e forma da Lei.
. Guilherme Henrique Corrêa Fernandes
Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 001/2020. Tipo: Menor preço por Lote. Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica, em vias do Bairro Dumaville e Tijucu, decorrente dos Contratos de Repasse OGU Caixa 1.061.395/2018 Convenio 878817, 1052.777-66/2018 Convenio 866859, 1052.872-74/2018 Convenio 866426 – Programa Planejamento Urbano - Ministério das Cidades. Recebimento dos envelopes até as 09h00m do dia 13/04/2020. Abertura dos envelopes: as 10h15m do dia 13/04/2020. O Edital poderá ser obtido no site www.esmeraldas.mg.gov.br no link >> "Editais e Licitações" ou solicitado pelo Telefone (31)3538-8885. Interessados em participar da licitação e que não possuem cadastro junto a Prefeitura de Esmeraldas, deverão apresentar documentos para cadastro até o dia 08/04/2020. Devido as medidas adotadas para combate do Coronavírus, a sessão de abertura dos envelopes será composta apenas pelos membros da Comissão de Licitação, sendo transmitida ao vivo através do site da Câmara Municipal de Esmeraldas (www.camaraesmeraldas.mg.gov.br), cujo prazo para recurso será aberto aos interessados nos prazos e forma da Lei.
. Guilherme Henrique Corrêa Fernandes
Presidente da Comissão de Licitação

SOREL – Sociedade Reflorestadora S.A., torna público que obteve da Superintendência Regional de Meio Ambiente – Alto São Francisco, por meio do Processo Administrativo nº 15866/2005/002/2015, Licença de Operação Corretiva, para a atividade de Silvicultura, Produção de Carvão Vegetal e Comércio e/ou Armazenamento de Produtos Agrotóxicos, Veterinários e Afins, localizada no município de Abaeté, Minas Gerais, válida pelo prazo de 10 anos.

Florestas Ipiranga S.A., por determinação da Superintendência Regional de Meio Ambiente – Alto São Francisco, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo nº 05931/2009/001/2013, Licença de Operação Corretiva, para Silvicultura, Culturas Anuais, Produção de Carvão Vegetal, Criação de Bovinos em Regime Extensivo e Confinamento na Fazenda Pontal, localizada no município de Morada Nova de Minas, Minas Gerais. O requerente informa que foram apresentados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e que o RIMA encontra-se à disposição dos interessados na Superintendência Regional de Meio Ambiente – Alto São Francisco. O requerente comunica que os interessados na realização da Audiência Pública deverão formalizar a sua solicitação, conforme o previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 225, de 25 de julho de 2018 e Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, na Superintendência Regional de Meio Ambiente – Alto São Francisco no município de Divinópolis/MG, dentro do prazo até 45 dias.

SOREL – Sociedade Reflorestadora S.A., por determinação da Superintendência Regional de Meio Ambiente – Alto São Francisco, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo nº 29366/2011/003/2015, Licença de Operação Corretiva, para Silvicultura e Produção de Carvão Vegetal na Fazenda Bom Jardim, localizada no município de Morada Nova de Minas, Minas Gerais. O requerente informa que foram apresentados os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), e que o RIMA encontra-se à disposição dos interessados na Superintendência Regional de Meio Ambiente – Alto São Francisco. O requerente comunica que os interessados na realização da Audiência Pública deverão formalizar a sua solicitação, conforme o previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 225, de 25 de julho de 2018 e Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, na Superintendência Regional de Meio Ambiente – Alto São Francisco no município de Divinópolis/MG, dentro do prazo até 45 dias.



FUNDAÇÃO HILTON ROCHA

(31) 2138 0902

(31) 2138 0900 - SUS

contato@hiltonrocha.com.br

fundacaohiltonrocha.com.br

EXCELÊNCIA OFTALMOLÓGICA AO ALCANCE DE TODOS!

Tratamento médico,
clínico e cirúrgico.

Departamentos especializados em córnea,
retina, estrabismo, glaucoma, uveítes,
lentes de contato, órbita, oftalmopediatria.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador> e utilize o código FABB-3C97-ED16-DC68.